

O desalento e as taxas de desocupação

Estudo Especial nº 78/2020 – Divulgado originalmente como boxe do Boletim Regional (abril/2020)

O mercado de trabalho apresentou, desde o último trimestre de 2017 ao final de 2019¹, trajetória moderada de recuperação em linha com o desempenho da economia, conforme evidencia o comportamento da taxa de desocupação (TD), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral (PNADC-T) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse movimento da TD refletiu principalmente o aumento da população ocupada (PO), mas também a elevação do desalento². A população desalentada não é computada na força de trabalho (FT) – e, portanto, deixa de ser considerada no cálculo da TD. Nesse cenário, o presente estudo procura avaliar, por Unidade da Federação (UF), a importância do desalento para o patamar da TD.

Observando o desemprego regional em 2019, nota-se que a região Sul é a única em que todas as UFs apresentam TD abaixo da média nacional. Nas outras quatro regiões do país, há UFs com taxas acima e abaixo da média nacional (Gráfico 1).

O fenômeno do desalento pode impactar diferentemente a TD em cada estado, explicando, em parte, essa variação da TD. O percentual de desalentados em relação à FT, como esperado, aumentou durante a crise de 2015 e 2016, manteve-se em expansão moderada no início do processo de retomada da atividade em 2017 e meados de 2018, e mostrou tendência de redução ao longo de 2019 (Gráfico 2). Em termos absolutos, o número de desalentados no país passou de aproximadamente um milhão e meio de pessoas em 2014 para cinco milhões em 2019.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação por UF
Média de 2019 – %

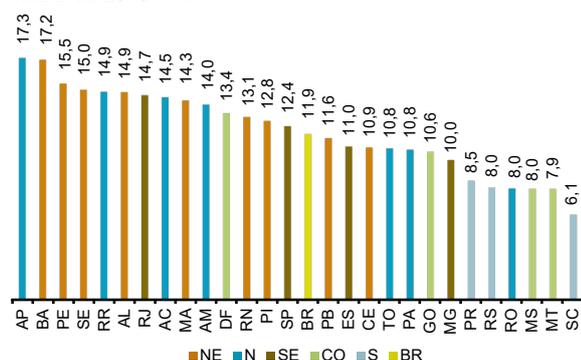
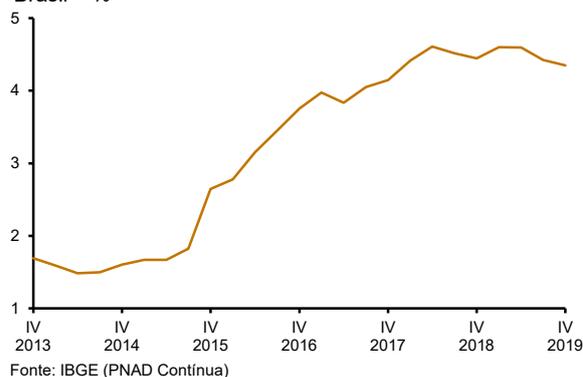


Gráfico 2 – Percentual de desalentados sobre FT
Brasil – %



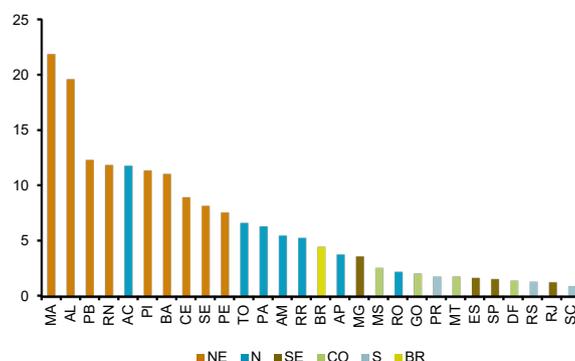
Em termos regionais, o desalento, como proporção da FT, é bastante distinto entre os estados – de 0,9%, em Santa Catarina, a 21,9%, no Maranhão – mas tem características mais homogênea do que a TD dentro de cada grande região do país, com percentual notadamente maior no Norte e Nordeste (Gráfico 3).

1/ A avaliação desse estudo ainda não reflete os impactos da COVID-19 na economia brasileira.

2/ São consideradas desalentadas as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa. Fazem parte da chamada força de trabalho potencial (FTP), juntamente com as pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência.



Gráfico 3 – Percentual de desalentados sobre FT
Média de 2019 – %



Para estimar a importância do desalento no resultado da TD nas UFs, a taxa de desocupação foi ajustada pelo desalento (TDAD), igualando o percentual de desalentados em relação à FT para todos os estados, em nível equivalente à média nacional.³ Dessa forma, a TDAD para cada trimestre i e UF j pode ser escrita como:

$$TDAD_i^j = \frac{Desocupados_i^j - y_i^j}{FT_i^j - y_i^j} \times 100$$

com

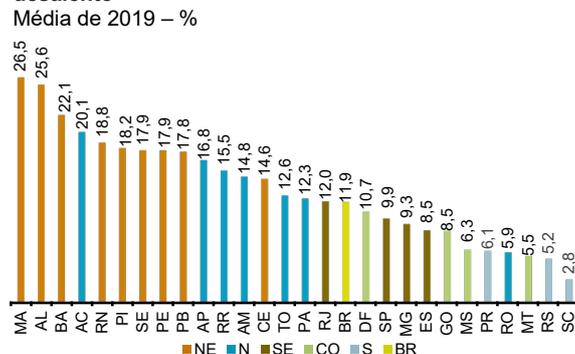
$$y_i^j = \frac{TxBR_i \times FT_i^j - desalentados_i^j}{(1 + TxBR_i)}$$

Em que,

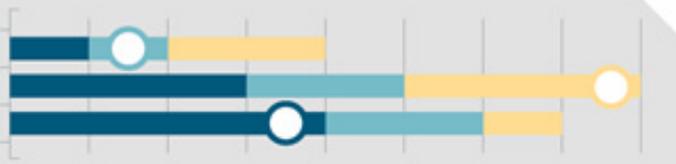
$TxBR_i$ = percentual de desalentados no Brasil, em relação à FT, para cada trimestre i .

Assim, de forma mais intuitiva, a TDAD nos estados indica o nível de desemprego sem a influência advinda da disparidade entre as taxas de desalento e o seu reflexo sobre as FT, e conseqüentemente sobre as TD. O resultado regional da TDAD, diferentemente da TD, mostra claramente que as maiores taxas estão nas regiões Norte e Nordeste (Gráfico 4). A amplitude entre os estados atinge, na média de 2019, 23,7 p.p. na TDAD (diferença entre Maranhão e Santa Catarina), e alcança 11,2 p.p., menos da metade, na TD tradicional (entre Amapá e Santa Catarina).

Gráfico 4 – Taxa de desocupação ajustada pelo desalento
Média de 2019 – %



3/ O ajuste é efetuado pela migração dos desalentados para a FT, na condição de desocupados (quando o nível de desalento é maior do que a nacional), ou migração dos desocupados para o desalento (quando o desalento é menor do que a nacional).



Dessa forma, a diferença do desalento nos estados tende a equalizar a métrica tradicional de ociosidade do mercado de trabalho, na medida em que minimiza as diferenças entre as TD. A evolução do desalento nas regiões de 2014 a 2019 evidencia o efeito do maior aumento desse contingente no Nordeste e no Norte do país, o que pode ser observado pelo crescimento mais expressivo da TDAD nessas regiões, comparativamente ao desempenho da TD. Adicionalmente, ressalta-se que a expectativa de encontrar emprego é um dos principais determinantes da evolução do desalento. Assim, caso essa expectativa fosse a mesma em todos os estados, a distribuição do desemprego seria mais crítica no Norte e Nordeste do que o mostrado pelo indicador tradicional, e menos grave no Sul e Centro-Oeste (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5 – Evolução da TD

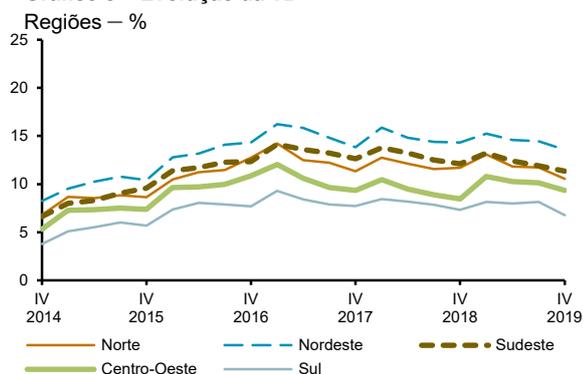
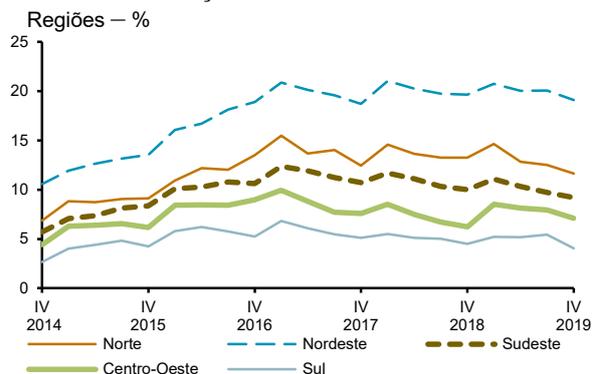


Gráfico 6 – Evolução da TDAD



A maior incidência do desalento nas regiões Norte e, principalmente, Nordeste pode ser atribuída, em parte, à menor demanda por mão de obra nessas regiões. Dados da PNADC-T⁴ mostram que no Nordeste, entre os desalentados, 78% declararam não ter procurado emprego pelo fato de não haver trabalho na sua localidade. No Norte, esse índice atinge 60%, enquanto no Sul é de apenas 35% (Sudeste, 39% e Centro-Oeste, 43%).

O tempo de procura por emprego também contribui para o desalento. As regiões Norte e Nordeste detêm os maiores percentuais de trabalhadores desocupados com dois anos ou mais de procura por emprego: 23,7% e 24,7% respectivamente, em comparação à média nacional de 20,7% e o mínimo de 15,2% no Sul. Intuitivamente, quanto mais tempo procurando emprego sem sucesso, maior a chance do trabalhador migrar para o desalento.

Em resumo, condições econômicas locais afetando o fenômeno do desalento concorrem para reduzir o efeito, nas estatísticas de TD, das disparidades da realidade do mercado de trabalho entre as regiões.

4/ Dados a partir do 4º trimestre de 2015, quando da mudança metodológica da pesquisa – vide Nota Técnica do IBGE intitulada “Reformulação do questionário da PNAD Contínua a partir do 4º trimestre de 2015”.